



Anais da Assembléia

Nº 14

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 12 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Aníbal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

Ato da Presidência:

DECRETO LEGISLATIVO N° 004/96

DATA: 06 de março de 1996.

SÚMULA: Autoriza o Governador do Estado ausentar-se do País com destino aos EUA, no período de 09 a 15 do corrente mês.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Art. 73 da Constituição Estadual combinado com o Art. 123 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1° - Fica autorizado o Senhor Jaime Lerner, Governador do Estado, ausentar-se do País, no período de 09 a 15 do corrente mês, com destino à Nova Iorque, Estados Unidos da América do Norte, para participar da 1ª Reunião do Grupo Internacional de Aconselhamento das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat II.

Art. 2° - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 06.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 09ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE MARÇO DE 1996

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Neivo Beraldin, secretariada pelos Senhores Deputados Techy Filho e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Wal-mor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2° SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por cinco sessões dos itens 03 (três) e 06 (seis), 1ª Discussão dos Projetos de Lei n°s 231/95 e 254/95, de autoria dos Deputados Eduardo Trevisan e Carlos Simões respectivamente, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 307

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, voto de congratulações e muito aplauso ao casal Jorge Monório e Anilda da Cruz, que completou em 23 de fevereiro do corrente 50 anos de casamento, comemorando Bodas de Ouro.

Trata-se de uma existência construída em cima de valores sólidos como moral, educação, retidão de comportamento, honestidade, seriedade, que culminou em uma união duradoura e feliz. A união exemplar, a caminhada vitoriosa deve ser enaltecida, cumprimentada e por esta razão, proponho a esta Casa de Leis que registre júbilo de todos nós pela data, cumprimentando-se o casal e seus familiares!

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 311

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Asso-

ciação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP pela posse dos Professores Reitor Roberto Frederico Merhy, Reitor Luiz Antonio de Souza e Marcos Erhardt, como Diretor-Presidente, Diretor vice-Presidente e Diretor-Tesoureiro, respectivamente, nesta data.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP tem atuado permanentemente na defesa das instituições de ensino superior público do Paraná, dos seus professores e servidores, em benefício do ensino público, gratuito e de qualidade.

A posse da nova diretoria é o coroa-mento do processo democrático ensejado por aquela entidade, num momento crucial para o Ensino Superior Brasileiro, em especial o paranaense.

REQUERIMENTO N° 319

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a anuência do Plenário, seja expedido diploma de reconhecimento e louvor desta Casa de Leis ao Centro Ocupacional de Londrina.

A entidade, através de seus dirigentes e funcionários, tem prestado extraordinário serviço de atendimento aos portadores de deficiências mentais, principalmente aos oriundos de famílias das camadas mais pobres da população de Londrina e de vizinhos próximos.

Vale destacar as constantes faltas de maiores recursos financeiros e materiais, que acabam sendo superados pelo alto espírito cristão e humanitário das dirigentes e funcionários do Centro Ocupacional de Londrina, que se desdobram para não deixar uma só criatura sem atendimento.

Trata-se de uma obra do maior alcance social e que merece o aplauso e o registro para a História, cujo exemplo deve servir de modelo para as gerações futuras.

Requeiro que a deliberação dos Parlamentares com assento nesta Assembléia Legislativa seja comunicada às senhoras:

- Rosângela Marques Busato (Presidente)

- Adriana de Fátima Silva Maggiori (Diretora)

Centro Ocupacional de Londrina
Rua das Açucenas, 100
Jardim Colina Verde
CEP: 86.061-490
Londrina - PR

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 300

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN, Marcos Isfer, solicitando a construção de um prédio próprio para abrigar a CIRETRAN, no Município de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) EDNO GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Tal reivindicação deve-se ao fato de que, o citado município não possui sede própria, para abrigar os serviços daquela Circunscrição.

Reivindica-se a referida obra que além de oferecer melhores serviços àquela comunidade, também terá local próprio para a guarda de veículos apreendidos, bem como, para averiguação.

REQUERIMENTO N° 302

Senhor Presidente.

O Município de Sertaneja conta, atualmente, com uma única viatura para uso da Polícia Militar, que, infelizmente, encontra-se em péssimo estado de conservação, parada em função de problemas mecânicos. Isto vem dificultando o atendimento da comunidade, seja para o atendimento de ocorrências, seja para o patrulhamento preventivo.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantia da segurança pública em Sertaneja, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira, solicitando do mesmo providências no sentido de ceder ao destacamento local da Polícia Militar uma viatura nova, em boas condições de uso.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 305

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expedientes aos Exmos. Srs. Doutor Jaime Lerner, Governador do Estado e ao Dr. Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, para que seja pavimentado o trecho da Rodovia PR-340, partindo do Distrito de Castrolândia até o Distrito de Socavão, no Município de Castro.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) RENY BORSATTO

JUSTIFICATIVA:

Castro é um município, essencialmente

agrícola, e a população do Distrito de Socavão, há tempos vem reclamando pela continuidade da pavimentação da Rodovia PR-340, que em muito facilitará o escoamento das safras agrícolas, além de transporte de alunos que estudam na sede do município e em outras cidades da região. A região também é uma grande produtora da agropecuária, e o transporte de leite fica bastante prejudicado em épocas de chuva, visto que o produto tem que ser entregue nos laticínios no mesmo dia, ou o produtor estará sujeito a perder o leite, e sofrer prejuízos consideráveis.

Desta forma, a pavimentação daquele trecho se faz necessária e urgente, pois beneficiará uma grande parcela da população que tanto labuta pelo desenvolvimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 308

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de reiterar o nosso pedido feito através do requerimento LCM/AL/10.316/95, protocolado na sessão do dia 17/10/95, referente à solicitação dos moradores do Bairro Weisópolis.

Como até a presente data nada foi resolvido, eles nos procuraram novamente pedindo a atenção por parte dessa municipalidade quanto ao problema que agravou-se ainda mais e que necessita de uma solução urgente.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 309

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de intensificar o policiamento nas proximidades do Colégio Estadual José Cordeiro, localizado no bairro Sítio Cercado, tendo em vista que há desocupados nas redondezas e os pais de alunos estão apreensivos que algo de mais grave venha a ocorrer.

O pedido está sendo feito pelos pais, uma vez que a presença de policiais intimidará a ação dos desocupados.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado Especial da FUNDEPAR, solicitando providências para a cobertura do pátio do Colégio Estadual General Osório, no bairro de Uvaranas, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual General Osório, de Ponta Grossa, tem quase 50 anos de existência, e atende atualmente cerca de 1.400 alunos do 1° e 2° graus, em 3 turnos.

O referido colégio não possui nenhum espaço coberto para recreação, práticas esportivas e reunião dos alunos, o que acarreta grandes transtornos nos dias de chuva e de frio intenso obrigando-os a permanecerem nas salas de aula ou amontoados nos poucos lugares abrigados.

REQUERIMENTO N° 315

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja enviado expediente ao Presidente da Peugeot do Brasil, Sr. Thierry Peugeot, solicitando estudos para a instalação da fábrica de motores da Peugeot no Município de Medianeira, no extremo Oeste do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Município de Medianeira, (localizado a 70 Km de Foz do Iguaçu) no extremo Oeste do Estado do Paraná, possui as características necessárias para sediar a fábrica de motores da Peugeot. Além de apresentar infra-estrutura completa e adequada para a instalação da fábrica, Medianeira tem mão-de-obra técnica especializada e altamente qualificada formada na unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET.

Medianeira está em situação geográfica privilegiada. Localizada no centro do Mercado Comum do Sul, possui malha viária (BR-277) que liga o Brasil com os demais países do MERCOSUL, em especial com a Argentina. A Rodovia Pan-americana, mais conhecida como BR-277, é uma estrada internacional e tem um papel chave como corredor de exportação e importação no MERCOSUL.

A posição estratégica do município será reforçada com a implantação do ramal ferroviário da FERROESTE - Ferrovia do Oeste, de Paranaguá até Cascavel e posteriormente Foz do Iguaçu, passando por Medianeira.

No município e nas cidades vizinhas, num raio de 15 Km, existem várias indús-

trias metal-mecânicas e fundições. Como exemplo, temos a Fundição Carelli, no Município de Matelândia (cerca de 13 Km de Medianeira), que produz diversas peças para caminhões e implementos agrícolas que são exportados para a Argentina. Outro exemplo, é a Indústria de Carrocerias de Metal Codipeme S/A., que exporta para o Paraguai e Chile.

Sem dúvida, o Estado do Paraná e o município de Medianeira estão preparados para sediar a nova fábrica de motores da Peugeot do Brasil.

REQUERIMENTO N° 317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transição nos Anais da Assembléia Legislativa, de documento da Federação das Associações de Moradores do Estado do Paraná - FAMOPAR, sob o título: "Mutuários reivindicam redução da prestação da casa própria", onde faz um histórico e solicita apoio à luta dos mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - SFH no Paraná.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 053/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher no Município de Assaí, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Cresce na sociedade a repulsa à violência cometida contra as mulheres. Motivada pelos resquícios machistas, as agressões marcam o triste cotidiano de muitas famílias.

Fruto da luta feminina contra as discriminações e pela plena igualdade de direitos, cresce também a consciência da necessidade de criar-se mecanismos de proteção e prevenção às agressões.

As Delegacias da Mulher, como ação do Estado a nível da segurança pública, tem se revelado um importante instrumento de apoio às mulheres e coerção aos agressores.

A instalação de uma Delegacia da Mulher em Assaí é uma necessidade e uma reivindicação da comunidade daquele município do Norte Pioneiro. Confiamos poder contar

com o indispensável apoio dos nobres Deputados ao nosso projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 054/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Renascer - ASCER, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Renascer - ASCER é uma pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro nesta Capital.

A ASCER tem por finalidade viabilizar a assistência a indivíduos com necessidades terapêuticas educacionais especiais; possibilitar o estabelecimento de uma programação interativa que permita a essas pessoas atendidas a compreensão de si e do mundo à sua volta, de acordo com suas possibilidades, assim como uma melhoria na qualidade de vida, independente de idade e sexo; viabilizar a promoção de cursos, palestras, círculos de estudos, participação em congressos, que levem o aperfeiçoamento e treinamento da equipe técnica; estabelecer programas de pesquisas e publicações de temas relacionados com o trabalho desenvolvido; propiciar a elaboração, a execução de projetos especiais que visem a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e suas organizações familiares; pesquisar fatores que integram no processo sócio-familiar e que levam aos distúrbios no desenvolvimento do indivíduo, para a criação de medidas preventivas mais amplas; assessorar iniciativas a entidades similares à ASCER.

Pelos benefícios que a entidade em tela oferece à comunidade, contamos com o apoio dos ilustres Parlamentares para a aprovação desta proposição.

PROJETO DE LEI N° 055/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Artigo 1° da Lei n° 11.203, de 16.11.95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Artigo 1° - Fica criado o Município de GUAMIRANGA, desmembrado do Município de Imbituva, com as seguintes divisas e especificações:

1 - Com o Município de Ivaí:

Inicia no rio dos Patos, na foz do rio Lageadão, sobe por este até a confluência com o rio Bonito e o rio Guamiranga, sobe

pelo rio Bonito até a foz do arroio dos Galvões.

2 - Com o Município de Imbituva:

Inicia na foz do arroio dos Galvões no rio Bonito, sobe por este até encontrar a foz do seu primeiro afluente à margem direita, deste ponto segue em linha reta na direção geral Sudeste até alcançar o arroio do Tigre no cruzamento com a BR-373, desce pelo arroio do Tigre até a sua foz no rio Ribeira, sobe por este até encontrar a foz do arroio Água Branca; deste ponto segue em linha seca na direção geral Sul, pelo divisor de águas do arroio Água Branca e do rio Pederneiras, passando pela cumiada da serra denominada Pico do Amor, até alcançar o rio Barreiro, sobe por este até encontrar a estrada que liga a localidade de Mato Queimado e por esta até o entroncamento com a estrada que liga Mato Queimado a Barro Branco.

3 - Com o Município de Prudentópolis:

Inicia no entroncamento da estrada que liga a localidade de Mato Queimado com a estrada que liga Mato Queimado a Barro Branco, denominada de Serra do Passa Quatro; deste ponto segue na direção geral Nordeste pelo divisor de águas entre o rio Papanduvás e o rio Barreiro até alcançar a cabeceira do arroio Manduri, desce por este até sua foz no rio Alagado, desce por este até sua foz no rio dos Patos, desce por este até a foz do rio Lageadão".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

Por ocasião do fechamento do mapa junto ao IBGE, verificou-se que a lei foi feita sem as especificações das demarcações originais, conforme anexo Memorial Descritivo do IAP - Instituto Ambiental do Paraná.

Na nova redação, proposta por este projeto de lei, não haverá mudança na área territorial, apenas será feito o detalhamento, esclarecendo os limites e delimitações do novo município, para efeito de censo.

PROJETO DE LEI Nº 056/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Prêmio Vultos Eméritos Brasileiros na Visão do Paraná, que será outorgado duas vezes por ano, até o ano 2.000.

Art. 2º - Os eventos posteriores à diplomação nesta Assembléia Legislativa, tais como a elaboração do Troféu Símbolo,

de um Mural Nobre a ser instalado em ponto turístico da Cidade de Curitiba e a produção e entrega de vídeos e livros relatando a vida dos homenageados, ficarão sob a responsabilidade dos Senhores Coordenadores do Projeto: Professor César Abicalaffe, Colunista Dino Almeida e do Contador Euclides Locatelli.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(aa) NELSON TURECK

WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta que ora apresentamos tem como objetivo primordial exaltar vultos eméritos brasileiros, apresentando-os como modelos à sociedade e obter através das histórias de suas vidas uma exortação à nossa juventude.

Entendemos ser uma premiação altamente significativa, dignificando a cultura do nosso país e mostrando, principalmente à juventude, o trabalho de personalidades que nos fizeram crer num futuro melhor para o nosso país.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 057/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Incorpora ao Município de Diamante do Sul, área de terras das localidades de "Monte Belo" e "Rio da Tigra" do Município de Laranjeiras do Sul, conforme preceitua o art. 19 § 2º, da Constituição Estadual em vigor.

Art. 2º - A área a que se refere o artigo anterior, inicia na foz do rio Cascudo no rio Piquiri, sobe por este até a foz do córrego Paris Velho, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue na direção geral Oeste por uma estrada secundária até encontrar a estrada municipal, segue por esta na direção geral Sul até a cabeceira do rio da Tigra, desce por este até encontrar uma outra estrada secundária, segue por esta até a cabeceira de um afluente à margem direita do rio Banana, desce por este até a sua foz no rio Banana, desce por este até a sua foz no rio Cascudo, desce por este até a sua foz no rio Piquiri.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.03.96.

(a) RENATO ADUR

Apoio: Cezar Silvestri, Nereu Moura, Edgar Bueno e Élio Rusch.

JUSTIFICATIVA:

As localidades de rio da Tigra e Monte Belo distam 50 km da sede do Município de Nova Laranjeiras ao qual pertencem hoje, dificultando o acesso ao atendimento médico, das pessoas que residem nestas comunidades.

A sede do Município de Diamante do Sul - ao qual tais localidades pretendem ser incorporadas - dista apenas 12 km, tornando mais fácil o deslocamento e o atendimento médico das pessoas residentes nesta área, sendo esta uma das principais razões da reivindicação das comunidades envolvidas.

O atendimento aos agricultores, principalmente quanto a melhoria e manutenção das estradas rurais e a assistência técnica, se tornará muito mais fácil e econômico tendo em vista a distância para o deslocamento de máquinas e de técnicos.

Toda a comercialização da produção, bem como as operações bancárias dos produtores desta área já vem sendo feitas no Município de Diamante do Sul.

De acordo com levantamento feito na área constatou-se que 95% das pessoas são favoráveis à incorporação das suas comunidades ao Município de Diamante do Sul, conforme comprova o abaixo assinado em anexo.

O Município de Diamante do Sul já vem assumindo, de fato, o atendimento da população destas comunidades sem no entanto usufruir das receitas geradas por esta área.

Diante do exposto e da vontade popular - demonstrada nas assinaturas apostas no documento em anexo - é que apresentamos esta proposta de incorporação ao Município de Diamante do Sul. Juntamos ao presente projeto, o memorial descritivo elaborado pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, conforme preceitua a Constituição Estadual em seu artigo 19, § 3°.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Vemos hoje um momento de muita alegria e de muita euforia, um momento até de muita emoção, pelo que acontece hoje no Estado do Paraná.

Exatamente às 17:30, horário brasileiro; 11:30 horário de Paris, o Governador Jaime Lerner, o Secretário Cássio Taniguchi, do Planejamento, Giovanni Gionédís, Secretário de Governo, em definitivo o entendimento com a Direção da Renault para implantação desta fábrica, desta empresa aqui no Estado do Paraná.

A credibilidade do Governador Jaime Lerner, foi ponto fundamental nas ne-

gociações entre o Governo do Estado do Paraná e executivos franceses da Renault.

As oportunidades de investimentos apresentadas pelo Governador, tornaram-se fator de equilíbrio em favor do Estado do Paraná.

Todos sabem que havia uma disputa muito grande envolvendo Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, todos esses Estados estavam brigando para levar a esses Estados a Fábrica da Renault.

O Governo do Paraná, parece que foi mais silencioso do que os mineiros que têm a fama de trabalhar em silêncio.

O Governo pedia sempre a imprensa, e neste momento quero aqui render homenagens a nossa imprensa, que colaborou decisivamente no sentido de não vincular notícias ou trabalhos que o Governo vinha fazendo, as autoridades empresariais do Paraná vinham fazendo também no sentido da coisa não se alastrar para que não se chamasse muita atenção dos outros Estados.

E isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, foi fundamental para a vitória conquistada hoje pelo Estado do Paraná.

No momento em que o país passa por dificuldades, no momento até que imagino que não seja de grandes investimentos no País. Vem a Renault, faz um trabalho de profundidade em vários Estados brasileiros, faz um trabalho de profundidade no Estado do Paraná, verifica Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Curitiba, Região Metropolitana. E de repente resolve, através de um estudo muito profundo, optar pelo Município de São José dos Pinhais, aqui tão pertinho de Curitiba.

Foi sem dúvida alguma um passo extraordinário dado pelo Paraná na obtenção desta empresa se instalando aqui nas terras paranaenses. Investimento de mais ou menos 1 bilhão de dólares é que é previsto quanto a instalação da Renault, são recursos que vêm para o Paraná, vão além de criar o impacto no mercado de trabalho, gerando 2 mil empregos diretos e aproximadamente 20 mil empregos indiretos.

Abriram um leque de oportunidades para outras grandes empresas se instalarem no Estado do Paraná.

E com certeza a reboque da Renault virão as empresas fornecedoras de autopeças e serviços já vinculadas a esta montadora francesa.

O Paraná em nenhum momento entrou na guerra fiscal, como fizeram outros Estados. Na tentativa para levar para o seu Estado alguns governadores foram além daquilo que era possível até estabelecer ou dar uma empresa que tivesse a intenção de aqui se instalar.

Em nenhum momento o Paraná entrou na guerra fiscal patrocinada pelos interesses

dos Estados mais agressivos na capacitação de investimentos.

Pela filosofia da equipe do Governador Jaime Lerner, em nenhum momento poderia caminhar para a renúncia fiscal. Todos os incentivos oferecidos à Renault estão subscritos pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, que agrega ministros da área econômica e secretários da Fazenda de todos os Estados brasileiros.

O Paraná disputou com as mesmas armas, mas ganhou pela competência e por ser um Estado com a qualidade devida, onde a qualidade de vida evidentemente, é um referencial estratégico.

A capacidade energética instalada aqui, a infra-estrutura de transportes e a mão-de-obra qualificada, talvez a maior mão-de-obra qualificada do País esteja aqui no nosso Estado - o Estado do Paraná. Isso tudo desequilibrou a guerra fiscal dos outros Estados.

A localização do Paraná também como membro integrante, caminho do MERCOSUL, é claro que isto também contribuiu pelo interesse da Renault.

A área que foi localizada que fica às margens da BR-277, no caminho para Paranaçuá, para o Porto de Paranaguá, foi fundamental.

Como fundamental foi a aproximação desta área para com o Aeroporto Afonso Pena, praticamente nos fundos do Aeroporto Afonso Pena, aeroporto internacional.

Tudo isso contribuiu para que a Renault optasse pelo Estado do Paraná. É claro que atrás disso, deve-se também ao trabalho de todos aqueles que passaram pelo Governo do Paraná, que plantaram a semente; que ajudaram com que isso hoje viesse a acontecer.

Não queremos dizer aqui que esta é apenas uma vitória do Governador Jaime Lerner. É uma vitória do Estado do Paraná. Todas as forças vivas participaram ativamente desse processo. Claro, evidentemente, com o impacto final colocado pelo Governador Jaime Lerner.

Por isso, Senhor Presidente, acho que hoje, já falando até no Horário das Lideranças do PDT, peço permissão ao Deputado Valdir Fossioni.

Então, por isso, quero aqui registrar o trabalho extraordinário feita pela imprensa, que em momento algum disparou na frente ou chamou a atenção. Tudo foi feito com muito cuidado, com muito critério. O trabalho feito pela equipe do Governador Jaime Lerner diuturnamente, até às vezes sofrendo críticas por constantes viagens ao exterior, também acabaram contribuindo para que este fato viesse hoje a ser concretizado.

Queria dizer ainda que toda a economia de toda a Região Sul do Brasil se ali-

nhar aos impactos positivos da instalação da fábrica.

É a primeira vez que uma montadora de grande porte fura o bloqueio do triângulo Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, uma região com grande potencial econômico para se instalar, que é região Sul do País.

O avanço tecnológico paralelo a instalação da montadora, em São José dos Pinhais, o Parque Industrial Paranaense ganha muito com os avanços tecnológicos que a Renault vai trazer para o Estado do Paraná.

Por isso é um momento de euforia, sim. Hoje pela manhã quando fazia na lista de telefonemas dado pelo Governador, primeiro foi a Vice-Governadora em exercício, Emilia Belinati.

Depois foi o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury, na seqüência o Presidente do Tribunal de Justiça, e depois, na minha pessoa.

Deu-me este privilégio, o Governador de transmitir para todo o Brasil, ao vivo, esta informação da instalação da Renault, aqui no nosso Estado, aqui na região metropolitana.

Estamos felizes todos nós. A classe política que também contribuiu bastante para que o Governador tivesse a devida credibilidade para trazer ao Paraná a fábrica Renault.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Algaci

Túlio, tenho certeza que toda a Banca do PSDB se associa a essa euforia que Vossa Excelência sente neste momento - tenho certeza que todos os paranaenses estão nesse momento parabenizando o Governador Jaime Lerner, principalmente pelo profissionalismo com que ele tratou esse assunto.

Eu conversava dias atrás com alguns companheiros de Partido que me falavam que um dos motivos que Minas Gerais com certeza perderia a Renault naquele Estado, era pelo fato de quando eles tiveram a visita dos diretores da Renault, a Minas Gerais, terem levado a imprensa ao aeroporto, tiveram divulgado extensamente e que essas empresas não gostavam desse tipo de atitude.

E o profissionalismo com que o Estado do Paraná agiu, como o Governador Jaime Lerner, sua equipe agiu, merece realmente os parabéns de todos nós paranaenses.

Tenho certeza que essa é uma das primeiras conquistas do Governador Jaime Lerner e que sem dúvida nenhuma, merece o reconhecimento de todos os paranaenses.

O SR. ALGACI TÚLIO - E nesse sentido, Deputado Cezar Silvestri, como já disse anteriormente, reconhece também o trabalho

feito pelos Governos anteriores e todos deram direta ou indiretamente a sua contribuição para que essa credibilidade alcançada pelo Governador, esse potencial que tem hoje o Estado do Paraná é fruto de toda uma sequência daquilo que o Paraná realmente angariou nesse tempo, nesse período para evidentemente trazer para cá a fábrica da Renault.

O Sr. Ricardo Chab - Deputado Algaci Túlio, gostaria nesta tarde aqui na Assembleia, de como Deputado eleito por Curitiba e Região Metropolitana, dar os parabéns ao Governador do Estado.

Digo isso porque recentemente, acompanhando o trabalho de pesquisa feito por institutos de credibilidade, constatou-se que em Curitiba e Região Metropolitana, tínhamos, ou teríamos perto de 120 mil pessoas desempregadas. Um número que se multiplicarmos faria direta ou indiretamente perto de meio milhão de pessoas atingidas diretamente com o desemprego.

E hoje, o anúncio, confesso para o Deputado, confesso para todos os companheiros da Assembleia, quando tomei conhecimento de que o Governador do Estado havia acertado a vinda da fábrica da Renault aqui para São José dos Pinhais, confesso que fiquei contente e feliz por ser paranaense, mais contente e feliz porque vamos vislumbrar, vamos dar a esperança para que esse pai de família que está desempregado hoje, possa realmente se ocupar.

Disse agora pouco para uma colega jornalista aqui na Casa que veio me perguntar, tenho comigo um caso inclusive muito próximo, de um amigo meu, engenheiro mecânico desempregado, há seis meses procura emprego e não consegue. Hoje pela manhã, ligou-me feliz da vida, como se fosse ele o dono da Renault.

Então, quero parabenizar realmente o Governo do Estado, a pessoa do Governador pelo ímpeto e pela vontade.

Parabéns.

O Sr. Geraldo Cartário - O Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB, jamais poderia ficar omissa, visto que se trata pelas suas tradições, pelo seu passado.

Na história do Brasil é o partido que mais se preocupou até a data de hoje pela oferta de emprego. Pela forma de se dar oportunidade a todos os trabalhadores a terem um direito, a disputar o pão de cada dia através do trabalho, não de mendicância.

Por essa razão, ainda como um dos integrantes como Vossa Excelência é, o Ricardo Chab, o Luiz Carlos Martins e outros Deputados. Todos estamos de parabéns, Deputado, todos nós, mas principalmente o Governador do Estado e a sua equipe.

Como o Deputado Carlos Simões que é da região, nós sentimos, e o Ricardo Chab falou com muita propriedade, o número de desempregos é realmente assustador.

Nós, os Deputados daqui, elegemo-nos apenas com o voto da Região Metropolitana, é os nossos Gabinetes a exceção do Alborghetti, que esse procura o Paraná inteiro, que mais gente procura uma assistência social.

Por essa razão, é que eu e os demais Deputados que integram esta Casa, devem de concordar de que o povo abriu caminho a Curitiba, as regiões do Paraná, região do Norte, Norte Pioneiro, Noroeste, Sudoeste, descobriram o caminho da mina, que é o caminho de Curitiba.

Só que aqui chegando se depararam com a triste realidade, sem emprego, lotes caros, sem infra-estrutura. Eu gostaria que Vossa Excelência como líder do Governo, levasse a preocupação dos demais Municípios da Região Metropolitana, se não conseguem a Renault, a Mercedes ou outra indústria, mas que seja também aquinhoado os municípios menores, os municípios que não têm como oferecer o terreno de graça. Os municípios que não têm como levar a luz de graça para as empresas, os municípios que não têm como dar a infra-estrutura, nem o terreno, nem a terraplenagem, que a Secretaria da Indústria e Comércio se preocupasse com a realidade desses municípios de baixa renda que são precisamente os municípios que mais estão recebendo a população no interior do Estado.

Meus parabéns a Vossa Excelência como Líder do Governo.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. ALGACI TÚLIO - Comungo com o mesmo pensamento de Vossa Excelência, tenho certeza que como São José dos Pinhais, foi a cidade privilegiada pela sua localização, claro que ao redor da Renault não vai ter espaço para abrigar outras empresas que serão as fornecedoras diretas de equipamentos para que esta montadora possa construir a sua mão-de-obra ali.

Certamente a Fazenda Rio Grande, Pinhais, não diria Piraquara que é uma situação diferente, mas pelo menos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Araucária mesmo, cidades mais próximas a Almirante Tamandaré, que vão ter mais facilidade em função do contorno que vai ser concluído, serão as cidades que irão receber as empresas de porte menor, que vão dar a sustentação a Renault.

O Governo do Paraná vai organizar inclusive um pool de investidores privados, que participarão com até 40% de capital da Renault, do Brasil, e este prazo previsto

dessa parceria é de um período mínimo de 7 anos, com um volume máximo de investimentos na ordem de 300 milhões de dólares.

É um grande investimento, é uma grande notícia que o Estado do Paraná recebe hoje nesta data, no dia 12.03.96.

Concedo o aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Senhor Deputado Algaci Túlio, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acho que aos poucos o Paraná vive na sua realidade aquilo que nós representamos economicamente e principalmente politicamente.

O Paraná é um Estado rico, um Estado que produz. Aliás é essa frase que o próprio governador Jaime Lerner apregoava nos quatro cantos do Estado na sua campanha em 94.

O Estado do Paraná era conhecido como um produtor de matéria prima, e não a formação desse produto em matéria final. E agora, não que sejamos o produtor da matéria prima dessa indústria que venha a se instalar em nosso Estado.

Mas isso demonstra a credibilidade que o Governador Jaime Lerner tem não só no Brasil, mas no exterior. Principalmente quando nós conseguimos conquistar para o nosso Estado um empreendimento dessa envergadura, como a própria Renault vai instalar em nosso Estado.

Não só o emprego direto, mas os indiretos. Mas que o Paraná começa a gerar através dos tributos, através dos impostos, que por sua vez novamente haverão de gerar outras fontes de riquezas e outros investimentos para o Paraná.

Quem ganha na verdade não é o Governo. Quem ganha é a sociedade paranaense. A sociedade só ganha quando ela tem a frente do seu comando e no Executivo, homens que se preocupam com o bem-estar e com o desenvolvimento da Comunidade.

Confiemos sempre no Governador Jaime Lerner. Quando ele ainda era Prefeito, na Cidade de Curitiba, por três oportunidades eu tive o prazer e o privilégio de estar ao lado do Governador Jaime Lerner, como candidato a Governador.

E, hoje, nós estamos ao lado do governador Jaime Lerner dando a sustentação administrativa e política aqui na Assembléia Legislativa, para que o seu governo possa implantar efetivamente aquilo que o Estado do Paraná precisa.

E o Paraná acima de tudo, é o grande merecedor é o grande vitorioso nesta conquista.

Parabéns a toda equipe do Governador Jaime Lerner.

Acho que este é o caminho para um grande passo, é o caminho para o Paraná

Novos Caminhos.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - O Brasil apresenta-se hoje como mercado de enorme potencial. A meta da Renault, segundo as informações que foram passadas hoje pelo Governador Jaime Lerner, para o Ano 2005 é de ocupar entre 7% a 8% do mercado de veículos, estimado para esta data em dois milhões de unidades, quer dizer, vai ter muito trabalho para muito paranaense.

Concedo o aparte para o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Obrigado, Deputado Algaci.

É com satisfação que nós hoje temos a oportunidade de parabenizar o governo, na pessoa do Governador Jaime Lerner, por este esfuziante acontecimento que acontece nas terras paranaenses. É de extrema importância, não só pelos empregos que gera, mas pela postura, pelo degrau que atingirá, com certeza o Paraná para os próximos anos. É o início de uma arrancada muito grande e que, com certeza, teve o trabalho competente, dirigente do Governador e sua equipe. Leve em nome nosso e, tenho certeza de toda a Bancada do PSDB, o reconhecimento do trabalho sério e competente que realizou para o Paraná e que, fique aqui sempre que o Paraná, quando as posições são corretas, são firmes os paranaenses se unem para, juntos aplaudir o nosso Governo. Este fato é momento em que nós aplaudimos o Governo, e que ele possa, não só para a Região Metropolitana, mas também para outras regiões do Estado, e, eu tenho certeza que assim o fará, trazendo obras, infra-estrutura para que nós consigamos desenvolver o nosso Estado uma harmonia e de forma integral.

Parabéns ao Governo Jaime Lerner.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado Deputado.

Lembrou Vossa Excelência da unidade, isto que é importante, quer dizer, todas as forças políticas do Paraná, os empresários, a FIEP, quero aqui também fazer um registro do trabalho importante feito pelo vice-Prefeito de Curitiba, José Carlos Gomes de Carvalho como Presidente da FIEP, que foi também um batalhador nos bastidores para que isso realmente acontecesse. Deixar bem claro mais uma vez, o Governador do Paraná, em momento algum disse que a empresa deveria ficar em Curitiba ou na Região Metropolitana.

Dizia hoje pela manhã, na entrevista na minha emissora, que ele tinha até a intenção de que esta empresa fosse para o interior do Paraná, Londrina, Maringá, Cidades com potencial importantes, mas, no estudo

feito pela empresa, ela optou pela proximidade do Aeroporto Internacional Afonso Pena e também do Porto de Paranaguá.

Por isso, Senhor Presidente, Srs. Deputados fica aqui Registrado desse dia importante para o Estado do Paraná, pois são dois fatos importantes, Senhor Presidente, primeiro que o Paraná é o primeiro Estado do País a assinar a Declaração de Pequim e aqui estão as autoridades, daqui a pouco a Deputada Thoná Pugliesi apresenta a esta Casa, nós teremos aqui a fala da Presidente do Conselho Nacional da Mulher, que está aqui nos dando a honra da sua presença, hoje manhã lá no Palácio; com a presença das Primeiras Damas do país, dos primeiros Governadores do Paraná, com a presença de um dos mais recentes Governadores em exercício, companheiro Orlando Pessuti, que também teve a sua esposa homenageada, nós tivemos uma sessão magna hoje pela manhã, no palácio do Governo, onde foram lembradas aquelas mulheres que trabalharam tanto pelo Estado do Paraná e, lembrava a Governadora em exercício Emília Belinati, todas foram responsáveis pelo que aconteceu de bom hoje no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) -

Quero registrar a presença aqui do Vereador Luiz Karimata em nosso meio, Vereador pela Câmara Municipal de Ibiaporã, bem como, ocupando neste momento a presidência da AVEMPAR - Associação dos Vereadores do Médio Parapanema e registrar a presença do meu amigo Presidente do PDT local Reinaldo Ribeirete.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Presidente) - Esta

Presidência se associa com as boas vindas aos ilustres companheiros quer também, esta Presidência, agradecer e anunciar a presença, do Prefeito de Piraquara João Guilherme, e quer também, esta Presidência, em nome da Comissão Executiva, Diretora desta Casa, em nome de seu Presidente Anibal Khury, cumprimentar o Governo do Paraná e por extensão a todos os paranaenses, pela brilhante conquista da vinda da Renault para o Paraná.

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

12 de março é o marco de uma nova era, de um novo Estado. Programa do Paraná Novos Caminhos. Ouvindo as palavras do nosso Líder do Governo, o Algaci Túlio, com todo o seu entusiasmo, e não é para menos também. Quem que não se orgulha, quem que não se sente feliz, quem que não se sente realizado de ver um Governo do Paraná Jaime

Lerner, neste dia assinando uma obra importante para este Estado do Paraná.

Amigo, Excelentíssimo Deputado Luiz Carlos Alborghetti. O Paraná como eu disse outro dia e sou um dos defensores e defensor do Governo do Paraná Jaime Lerner. E não poderia deixar de subir a esta tribuna, para mais uma vez, dizer: O Paraná plantou uma boa semente. O povo do Paraná plantou uma boa semente, quando soube escolher nas urnas. Agora os bons frutos estão sendo colhidos.

São do Paraná hoje, 2000 pessoas, que vão ter o seu emprego, Antonio Belinati. 2000 pessoas, 20 mil empregos indiretos. Está de parabéns, esta bandeira do Estado do Paraná. Está de parabéns, principalmente, o Governo Jaime Lerner, a sua vice-Governadora Emília Belinati, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Que pude aqui neste momento, observar e também, ver, o comportamento de todos os Deputados, solidários ao Governo Jaime Lerner. sabendo da sua importância, sabendo dos seus projetos fundamentais e imprescindíveis para o Estado do Paraná, um Governo de credibilidade. E disse outro dia, que credibilidade não se compra, credibilidade se conquista e o Governo, já conquistou esta credibilidade, quando foi o então Prefeito de Curitiba, Jaime Lerner por três vezes. E hoje, é lógico, os bons projetos estão aí.

Parabéns, Paraná! E nós que somos do interior do Estado. O povo do Paraná, lá do interior; o "pé Vermelho", se sente honrado, porque sabe que tem um grande governo preocupado com este futuro e sim, e dizer uma coisa, Edno Guimarães e Milton Puppio. Podem ter certeza de uma coisa, nós vamos nos orgulhar muito desse governo. O Paraná, vai se orgulhar, porque nós não podíamos competir, com Santa Catarina que é vizinha. E não tínhamos como competir com o Rio Grande, que é vizinho. Porque não tínhamos a indústria, porque nós não tínhamos a riqueza. A riqueza que a geração de empregos, neste Estado do Paraná.

Está aí uma luz, iluminando, uma luz que vem forte, uma luz que traz a verdade. Uma luz que traz a bênção, e que a coisas boas desse Paraná, vão acontecer nos três anos que restam, desse Governo Jaime Lerner. E eu como Deputado não poderia deixar, essa gratidão, esse reconhecimento, essa felicidade, essa alegria, por nós termos realmente esse governo.

O SR. PRESIDENTE NEIVO BERALDIN - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, Senhora Deputada, Senhoras convidadas presentes na sessão de hoje.

Nós, parlamentares da sociedade paranaense, temos visto o crescimento de gangues e de agrupamentos em nosso país e um dos agrupamentos ou gangues ou grupo político dos mais violentos que têm surgido, são os "skin heads" e a revista Tensão traz uma matéria sobre os mesmos e os chamam de "Os órfãos de Hitler" e faz um breve histórico cronológico dos atos desse grupo: "No dia 20.09.92 em São Paulo, doze carecas do "white power" agridem dois adolescentes judeus fora de uma sinagoga; no dia 10.10.92, Rio de Janeiro: carecas destroem o Canecão no Show dos Ramones. Queriam expulsar as gangues do morro; 07.07.93 em São Paulo, a torcida "Mancha Verde" compra bombas do "white power" e as usa contra torcidas adversárias. Vinte e oito feridos. A polícia investiga os vínculos; 15.12.93 Rio membros da Frente Nacionalista "Carecas do Brasil" agridem integrantes de manifestações pelo Dia Internacional da Luta contra a AIDS; 19.08.95, Teotônia, Rio Grande do Sul, o jornalista Waldir Chardon da Rádio Popular de Teotônia recebe ameaças do grupo "white power"; dia 24.09.95 em São Paulo, briga entre a "Anarc punks", anti-racistas e "skin heads", num show de rock, resulta na morte de um "skin", Marcelo Torres de Souza de 21 anos".

Propositadamente deixei para ler que, no dia 23 de novembro de 1982 em São Paulo, Aécio Cândido dos Santos, negro, 32 anos, é surrado por "skin heads" que diziam: "negros, judeus e nordestinos têm que morrer".

Quando imaginamos que esse tipo de manifestação existia ou existe em São Paulo e Rio de Janeiro, estamos enganados. O grupo de "skin heads" na madrugada de domingo para segunda, na nossa capital, assassinou Carlos Adilson Siqueira, de 23 anos, com dois tiros. A razão do assassinato: Carlos Adilson Siqueira, de acordo com provocações que foram dirigidas a ele, é negro. Essa a razão desse violento assassinato.

A imprensa tem denunciado a nível nacional a agora esse fato na nossa capital. Esses grupos são neonazistas, são facistas que atuam principalmente de maneira violenta contra os nordestinos que vivem na capital de São Paulo, ou agredindo e xingando e assassinando negros e judeus.

Enquanto isso, a sociedade assiste e a polícia não age, fazendo absolutamente nada. Cobramos que no Estado do Paraná a Polícia Civil investigue e vá a fundo porque senão começa abrir as brechas para que a violência continue crescendo. Não é a primeira vez que negros desta capital são vítimas de violência desses grupos do caso

"skin heads", ou como são conhecidos de "carecas".

Na nossa capital já em outras ocasiões negros foram espancados ou agredidos violentamente e até agora a nossa polícia não conseguiu identificar ninguém.

Esperamos que isto tenha um ponto final e novamente, este ato vem a reforçar aquela proposta que a bancada do PT, através do Deputado Angelo Vanhoni, apresentou, que temos que ter nesta Casa uma Comissão de Direitos Humanos, para que fatos como estes, este Parlamento concretamente se manifeste na sociedade. Nós temos que impedir o crescimento de qualquer tipo de violência, mas é inadmissível que a violência ganhe caráter racista, caráter de etnia ou caráter de simplesmente a violência ser sofrida por aqueles que são pobres, como já denunciei a semana passada quando um professor foi espancado dentro do Shopping Müller e que depois vim a tomar conhecimento não é caso isolado, são vários casos.

Sr. Ricardo Chab - Permite um aparte, Deputado?

O SR. DR. ROSINHA - É vontade deste Parlamento conceder o aparte, mas depende da permissão da Presidência, uma vez que o meu tempo está esgotado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência comunica que não cabe aparte no Pequeno Expediente e ao mesmo tempo comunica a V.Exa. que o seu tempo está esgotado. Tem 30 segundos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. DR. ROSINHA - Infelizmente. Neste sentido, esta Casa tem que cobrar das autoridades que identifique os culpados, mas que se faça justiça, porque no nosso país só vai preso aquele que é pobre porque o rico até agora raramente vai para a cadeia.

O SR. RICARDO CHAB (Pela Ordem) - Só a título de colaborar com o discurso do Deputado Rosinha, a polícia já identificou um dos autores da morte desse rapaz do grupo teatral, já foi identificado, é um estudante universitário da Pontifícia Universidade Católica, é um dos autores. Só queria colaborar com o Deputado Rosinha até no sentido de explicar ao Deputado Rosinha e é claro todos nós condenamos esse grupo Skin Heads, é formado, tendo como filosofia ou ideologia o neo, o novo, contra a classe negra, contra os homossexuais e contra os viciados em drogas.

Então, realmente estamos repudiando isto, concordamos com o que disse o Deputado Rosinha, apenas para esclarecer, um

dos autores já foi identificado e a polícia deve agora, nas próximas horas, prender os demais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência tem a honra de anunciar nesta Casa a visita da Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darci de Oliveira, da Vereadora Olga Bugavani, de Cascavel, Secretária da Mulher de Londrina, Elza Correia das Conselheiras, Alzeli Bassetti, Presidente do Conselho Estadual da Mulher, Marisa Tereza Cunha, Isabel Mendes, Marisa Soares de Azevedo, Lázari Vialli, Sandra de Fátima Fonseca.

Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra a ilustre Deputada Irondi Pugliesi para que faça a apresentação das ilustres visitantes. Tem a palavra a Deputada Irondi Pugliesi para que faça a apresentação das ilustres visitantes. E logo em seguida esta Presidência terá a honra de conceder a palavra à Presidente Nacional do Conselho da Mulher.

Com a palavra a Deputada Irondi Pugliesi.

A SRA. IRONDI PUGLIESI - Sr. Presidente, Senhores Deputados, Companheiras presentes.

Hoje para o Paraná é um dia histórico. Tivemos no Palácio Iguazu a assinatura do Governo do Estado feita através da nossa vice-Governadora que muito nos honra, Emilia Belinati que é a presença feminina no Governo do Estado, para a assinatura do governo corroborando, assumindo o compromisso, fazendo um convênio seja lá qual for a palavra que queiramos usar, para a Plataforma de Ação de Beijin.

Esse dia histórico para nós é muito importante porque nós há muitos anos aqui no Paraná, junto com as companheiras aqui presentes inclusive, lutamos para que os direitos da mulher fossem reconhecidos, e hoje quando falamos em equidade de gênero, nós avançamos muito na nossa luta e estamos começando a colher os frutos plantados há muitos e muitos anos atrás, pelo movimento de mulheres, por todos os movimentos de mulheres de longa data. E para nós é muito importante aqui hoje salientar isso, que lá no Palácio foram homenageadas mulheres que participaram da política do Paraná não à frente como mulheres com cargos políticos mas sempre trabalhando no Governo do Estado como Primeiras-Damas dos Governadores. Foram mulheres importantes que sempre tinham a sua voz, que se faziam ouvir e como todas as mulheres quando costumam assumir, quando começam na política, fazendo Assistência Social, mas nunca deixando de colocar a sua palavra e influen-

ciando politicamente nos governos. Mas essa assinatura hoje do nosso governo corroborando a Plataforma de Beijin, para colocá-la com uma ação afirmativa do nosso governo, para nós é importante quando nós podemos falar dos pontos principais que nós vamos atingir com essa assinatura. Para isso está aqui presente a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher a Sra. Rosiska Darci de Oliveira, uma mulher brilhante que sempre contribuiu na luta pelos direitos da mulher e é um exemplo de luta que vai colocar aqui para nós a política do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher mas também colocar o compromisso do Governo Federal assumido publicamente no dia 08 de março com as mulheres brasileiras. Isso é de extrema importância.

Temos aqui presentes também, a Presidente do Conselho Estadual da Mulher, a nossa companheira Alseli Bassetti, companheira de longa data que sempre lutou junto conosco em todos os movimentos de mulheres do Paraná pelos direitos da mulher e nós firmamos um compromisso público aqui, no dia 08 de março, na nossa Sessão Solene, de trabalharmos juntos o Poder Legislativo e o Conselho da Mulher, junto com o Governo do Estado e todas as Secretarias, departamentos e todos os órgãos de governo, para implantarmos a política e a plataforma de ação assumida pelo Brasil em Beijin, portanto acho que discursar agora, falar sobre os direitos da mulher não é necessário, porque temos aqui nossa companheira Rosiska para falar disso e os nossos companheiros têm nos ouvido subir a esta tribuna quantas e quantas vezes para falar disso. Então eu gostaria que a companheira Rosiska Darci de Oliveira, Presidente Nacional dos Direitos da Mulher, subisse a esta tribuna, viesse nos dar o prazer da sua fala para colocar aos Deputados desta Casa e que fique registrado nos Anais a importância da sua visita hoje.

Por favor, Rosiska, gostaria que você assumisse esta tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência tem a satisfação de conceder a palavra a Rosiska Darci de Oliveira, por cinco minutos, onde falará sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

A SRA. ROSISKA D. DE OLIVEIRA - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, na sua pessoa agradeço a esta Assembléia pela acolhida que está sendo feita a mim hoje.

Num dia que é particularmente importante, bem sei para o Paraná, que festeja hoje um fato econômico importante, que teve a oportunidade de ouvir nos momentos que antecederam a minha palavra.

E gostaria de sublinhar, que o Paraná

celebra hoje também um outro fato importante, um fato político importante que foi esta manhã a assinatura pela Governadora em exercício Emilia Belinati, comigo, representando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do protocolo do Governo do Paraná para o cumprimento da plataforma de Pequim.

A Plataforma de Pequim Senhores Deputados, é uma carta de Direitos das Mulheres que o Brasil assinou sem reservas, em setembro do ano passado em Pequim. Esta carta nos dá o marco de referência de como se desenvolverá doravante dentro do Brasil, uma política de democratização da sociedade. Porque a causa das mulheres gostaria de deixar claro, não é das mulheres, a causa das mulheres é a causa da democracia brasileira.

Não conheço muitas democracias, embora muitas se reclamem desta posição. Creio que a maioria das nações, a maioria das democracias desfalecem quando são postas ao teste da igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Por isso, é extremamente importante que o Paraná tenha sido o Primeiro Estado, dando prova de sua modernidade e do seu espírito democrático, primeiro Estado a assinar esse protocolo.

Devo dizer, que foi procedido este ato, por um ato igualmente importante na presença do Senhor Presidente da República, dia 08 de março em Brasília, juntamente com todos os Ministros de Estado. Quando o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, assinou um protocolo e neste protocolo com os ministérios. Ficaram decididas várias medidas práticas que interessam diretamente à democratização da sociedade.

Na área da saúde o Ministério da Saúde assinou, com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, um protocolo que instaura o planejamento familiar neste País, juntamente com outras medidas de interesse da saúde como o preventivo de câncer que se estende às mulheres de 35 a 49 anos e dará combate a uma das principais causas de mortalidade feminina neste País.

Tivemos em seguida um protocolo com a justiça, com o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça entregou ao Presidente da República, o Projeto de Reforma do Código Penal que o Presidente da República, já mandou para o Congresso e que foi subsidiado pelo nosso Conselho. Neste protocolo o estupro que até hoje foi considerado um crime contra os costumes, passa a ser considerado um crime contra a pessoa e portanto, passível de muito maior punibilidade.

Que ninguém se engane essa é uma medida da maior gravidade, da maior importância para a civilização brasileira, para criar relações civilizadas entre homens e

mulheres.

Na área da Educação nós tivemos uma medida de igual importância, doravante o Ministério da Educação não vai adquirir, nem indicar mais livros que comportem algum traço de discriminação contra as mulheres e vai igualmente introduzir na formação do magistério um módulo de discussão sobre a questão de igualdade entre homens e mulheres.

Na área do trabalho, finalmente, o Ministério do Trabalho comprometeu-se em protocolo com a Presidência da República a espalhar pelo Brasil possibilidades de capacitação, especificamente para mulheres, chefes de família. E os Srs. Deputados não ignoram que no Brasil, uma família em quatro, é sustentada por uma mulher.

Capacitação para as mulheres - chefes de família - esse ano trinta e seis mil, e para jovens, em situação de risco que estão expostas aos atrativos da prostituição. Este ano, dez mil jovens.

Esse conjunto de propostas é a implementação no Brasil, no plano federal da plataforma de Pequim. O protocolo que nós assinamos hoje no Paraná, representa a implementação no Paraná desta mesma plataforma. Estamos portanto, não só no Paraná, mas no Brasil como um todo, no bom caminho, no caminho da democratização da sociedade. E creio que doravante os Srs. Deputados serão confrontados às mulheres, talvez, muito menos como vítimas e muito mais como protagonistas.

Esperaria que nas próximas eleições esta ala estivesse, pelo menos, paritariamente representada. Sinto falta e creio que sentimos falta no Brasil inteiro, seja no Parlamento Federal, seja nos Parlamentos Estaduais da presença feminina. Porque o grande legado desse século será certamente a descoberta da maior das obviedades, ou seja, existem dois sexos no mundo e não apenas um e é mais do que tempo de que as mulheres tenham acesso aos lugares do saber do Poder.

Muito obrigado.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Esta Presidência agradece a visita das ilustres senhoras que compõem o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e também do Conselho Estadual do Direito da Mulher. Esta Presidência também agradece a Deputada Irondi Pugliesi e quer em nome do Deputado Luiz Claudio Romanelli anunciar a presença de Agnaldo Rodrigues, ele que é de Carlópolis.

Passamos ao Grande Expediente. Com a palavra, o Deputado Renato Adur. Vossa Excelência tem trinta minutos para proferir o seu discurso.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores e Senhores Deputados.

Queremos inicialmente inaltecer a vinda para o Estado do Paraná de uma grande indústria automobilística. Temos certeza absoluta que essa grande empresa - uma conquista do Governo do Estado trará grandes resultados econômicos para o Estado do Paraná, em se tratando de geração de empregos, bens-de-serviços e melhorando sensivelmente a economia deste Estado.

É o anseio de todo estado, de todo governante, de todo cidadão para que a sua região se desenvolva e que haja melhoria efetiva da qualidade de vida destas populações.

Entretanto, o que nos traz a esta tribuna, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, é fazer concomitantemente a esse momento importante no Estado do Paraná, na vinda de uma indústria, a fazer uma reflexão sobre os diversos Paranas que temos por esse interior afora.

Participamos na última sexta-feira, juntamente com o Deputado Cezar Silvestri, que é também um dos representantes legítimos da nossa região Centro, Centro-Sul do Estado do Paraná e pudemos, juntamente com o Deputado Cezar Silvestri sentir a emoção de um povo, de famílias inteiras no lançamento efetivo de um programa que talvez não tenha a dimensão no Universo da mídia, como está tendo esta indústria automobilística no Estado do Paraná, mas que tem uma dimensão muito maior no Universo da nossa família, do centro do Estado do Paraná, quando vê um programa que vem atender efetivamente a pequena família deste interior do Estado, não pobre, empobrecida ao longo dos mais assassinos planos econômicos pelos quais passamos neste Estado, neste País, nos anos que se passaram.

A emoção que sentimos, Senhores Deputados, quando vemos que o Município de Santa Maria do Oeste, através da iniciativa firme do Prefeito Municipal Evaldo Leal, e seu secretariado e os técnicos da prefeitura, resolveram, no momento em que se fala em crise nos municípios brasileiros, resolveram implantar um Projeto de recursos próprios, definindo 6% da arrecadação municipal para criação do fundo de desenvolvimento rural, para atendimento das famílias deste município. Santa Maria do Oeste, é "sui generis" do Paraná, um município com a primeira gestão do Prefeito Evaldo Leal, desmembrado do Município de Pitanga, com 82 mil hectares de terra, tendo apenas 15% da sua população residindo e habitando na área urbana e suburbana. E pasmem os Senhores, 85% das famílias do Município, num total de 2.200 famílias residindo, trabalhando e subsistindo na área rural.

A Prefeitura está implantando um pro-

grama que já atendeu com estes recursos de 6% da arrecadação do município, ao invés de serem destinados para pagamento de pessoal para outros setores, de educação, de saúde, ou de estradas que já têm suas verbas específicas. Também criaram uma rubrica especial para financiamento do pequeno produtor na diversificação da pequena propriedade.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Renato Adur, quero me associar ao seu pronunciamento e parabenizar o Prefeito Evaldo Leal.

Ele já mereceria nossos parabéns se nós estivéssemos vivendo uma época normal, mas principalmente por estarmos vivendo um período de extrema crise e que todos os municípios da Federação vêm passando, o Prefeito merece os parabéns em dobro. Uma idéia extremamente simples, mas tenho certeza que deverá ser exemplo para todos os municípios do nosso País, onde o Prefeito cria um fundo municipal para atendimento aos pequenos produtores rurais, e que principalmente leva novas alternativas para a propriedade rural, para a pequena propriedade rural.

Tivemos algumas informações, falando com alguns técnicos naquele dia, de que por exemplo, um hectare de erva-mate, o pequeno produtor depois de três anos ele terá um rendimento equivalente a 20 hectares de milho.

São essas as idéias que devem ser seguidas por todos aqueles que governam os nossos municípios, e tenho certeza que essa idéia vai repercutir, como o Senhor falou, independente do pouco apoio da mídia que nós tivemos naquele dia, mas essa idéia, através da sua palavra, através da minha palavra, enfim através de todos aqueles que se preocupam com a agricultura em nosso Estado, deverá ser seguido por todos os municípios do nosso País.

E ainda mais, acredito que seria uma solução até para o Governo Federal, uma forma de descentralizar, no lugar dele passar recursos para o Banco do Brasil, que muitas vezes, e na grande maioria, eu lembro quando o Deputado Alborghetti fez um pronunciamento, há questão de uns 6 meses atrás, onde ele dizia que muitas vezes o pequeno produtor não tem acesso aos bancos, isso é uma verdade. Esse produtor que está sendo beneficiado com esse programa ele dificilmente tem acesso ao Banco, muitas vezes não é nem recebido pelo Gerente do Banco, e através desse programa ele faz o seu financiamento junto com a Prefeitura e a Prefeitura depois recebe através da equivalência ao produto. Temos que incentivar esse programa, temos que falar com o Secretário da Agricultura, Hermas Brandão, tenho absoluta certeza que ele vai incen-

tivar esse programa e transformar esse programa de Santa Maria do Oeste num programa piloto que sirva de modelo para o Paraná e para o Brasil.

O SR. RENATO ADUR - Agradeço o aparte de V.Exa..

Gostaria de passar aos nossos nobres colegas, alguns dados importantes do que nós vimos neste Município de Santa Maria do Oeste. Está se transformando sem dúvida alguma, num dos municípios modelos do Estado do Paraná pela maneira com que o seu prefeito vem administrando esse município. Pela maneira com que os técnicos da prefeitura e os secretários vêm desenvolvendo.

Um Município que distribui, vejam os senhores, no primeiro lançamento do programa, distribuiu, fez, confirmou convênios de financiamentos com seus recursos próprios para 110 famílias, nós pudemos assistir nesse dia quase 700 famílias no Município de Santa Maria do Oeste, presenciando o programa, inscrevendo-se para ver chegar a sua vez no seu financiamento.

É importante que a imprensa do Paraná, que os meios de comunicação atentem para esta iniciativa do pequenino município do interior do Estado do Paraná. Uma iniciativa simples é bem verdade, como disse o Deputado Cezar Silvestri. De um significado extraordinário para aquela família que quer permanecer na terra, que quer continuar trabalhando e produzindo Deputado Milton Puppio. V.Exa. que vive o dia-a-dia, as agruras do nosso povo do centro do Paraná, Deputado Nelson Tureck, que conhece perfeitamente a realidade da nossa região. Um município onde temos, vimos naquele dia e eu via há pouco o Conselho Feminino traçando os seus parâmetros, enaltecendo Pequim, as grandes autoridades do Estado.

Vimos as grandes mulheres de Santa Maria do Oeste, emocionadas naquele momento, a mãe de família, quando ela via que o seu marido está recebendo um incentivo efetivo para que a sua propriedade possa ter mais 20 mil mudas de erva-mate, possa ter mais 10 ou 20 caixas de abelhas, que possa ter o seu mel, possa ter mais 50 ou 100 mudas de árvores frutíferas para que possam alimentar, dar uma melhor qualidade de vida para a sua família. Vimos financiamentos da olericultura com distribuição de mudas de sementes, distribuição de insumos para essas famílias. Quando vimos também a avicultura, distribuição de qualidade de raça, de aves e animais na suinocultura também. Quando vimos outras culturas alternativas, a sericicultura, com financiamentos de barracões pela Prefeitura Municipal. Uma gama de produtos para diversificação da pequena propriedade que até hoje sub-

sistia apenas e tão somente da produção do milho e do feijão. São alternativas que a Prefeitura Municipal que o Poder Executivo, que o Poder Público através dos seus Governantes sensibilizados levaram até o pequeno produtor uma melhoria da condição, com reais condições de financiamento e de carência.

Para os senhores terem uma idéia, a erva-mate o cidadão recebe até 20 mil mudas financiadas com 4 anos de carência, com pagamentos parcelados no 5º ano apenas 20%. No 6º ano 30% e no 7º ano 50%. 7 anos de carência, e aqui eu quero deixar uma pergunta em alto e bom som: se o Município de Santa Maria do Oeste que quase nem é visto no mapa do Paraná consegue levar um financiamento para quase 10% dos seus produtores rurais numa primeira etapa, com financiamentos de até 7 anos, com 4 anos de carência, porque é que o Governo Federal, porque é que o Governo Estadual não pode se somar e utilizar o exemplo do pequeno município do Estado; e fazer a mesma coisa com a grande gama de população que está migrando para as grandes cidades, uma migração suicida, e que temos que recorrer a novos recursos, de indústrias e mais indústrias que vêm, vão resolver pequenina parte do problema, mas não vão solucionar nem 20, 30% da gravidade que nós temos nos grandes centros deste país?

Portanto, nós queremos aqui hoje, dar o nosso grito de alerta, Senhores Deputados, esta luta de todos nós, este exemplo de Santa Maria, simbolicamente tem que representar um "puxão de orelha", nos Governantes Nacionais, isto deve significar a voz da mulher trabalhadora do campo, do cidadão pacífico que está a vinte, trinta, quarenta anos, Deputado Techy, na nossa região de Prudentópolis, de Irati, de Pitanga, de Ivaiporã, Deputado Pessuti, o Deputado Nelson Tureck da região de Luitiziana, o Deputado Miltinho, tantos outros companheiros nossos da região centro do Estado do Paraná. A iniciativa do Prefeito de Santa Maria do Oeste, Deputado Alborghetti, representa uma voz no fundo, no interior deste nosso Estado, trazendo e comprovando a todos os governantes deste país que, quando há vontade política, por menor que seja o município, ele pode atender a sua população, dando-lhe condições de vida, de qualidade de vida mais real, mais séria, mais evidente, buscando atender a população.

E não é demagogia, Senhores Deputados, porque nós ouvimos, eu e o Deputado Cezar Silvestri, nós ouvimos dos produtores a ansia, a ansiedade de cada família de querer participar de um programa. Ele que nunca conseguiu um acesso a uma instituição bancária, ele que não sabe o que é um talão de cheque, mas ele sabe o que é

plantar milho, plantar feijão e sabe o que é ter uma criança com fome, ele sabe o que é ter dificuldade para sustentar os seus filhos, ele sabe o que é bom para ele; ele não entende de juros não, mas ele entende de solidariedade humana, ele entende de uma vida digna, ele entende o que é fazer deste país, um país honrado e digno para a sua população.

O Sr. Augustinho Zucchi - Deputado Adur, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento e tive a oportunidade de, rapidamente olhar o programa que foi elaborado na Cidade de Santa Maria do Oeste. E, durante a sua exposição nesta tribuna, eu como presidente da Comissão de Agricultura, como engenheiro agrônomo, técnico da área, gostaria de me somar a algumas das colocações que V.Exa. faz, principalmente no sentido de que, não sei se realmente seria um grito de alerta, mas quem sabe ainda uma ponta de esperança para aqueles agricultores que estão fora do mercado competitivo, que vão sofrer na carne a colocação do MERCOSUL, que não têm a possibilidade de receber o crédito rural subsidiado ou não pelas agências bancárias, que sofreram ao longo dos tempos, como Vossa Excelência colocou, com os planos econômicos, já que a nossa agricultura sempre pagou muito caro os planos, e especificamente o último, onde o Estado do Paraná por ser um Estado de maior produção na Federação, pagou a ainda mais pelos resultados do plano, da estabilização da moeda.

Eu diria até, que essas alternativas, embora possam parecer simples, mas na verdade é de alguém que sabe o que acontece no município, da dimensão de Santa Maria do Oeste, como é a dimensão da maioria dos municípios do Estado do Paraná. Nós temos mais de 400 mil pequenos produtores no Estado, e pelos últimos levantamentos que temos, nobre Deputado, cerca de 17 mil propriedades rurais estão a venda no Estado do Paraná. Porque o agricultor sabe o que tem que fazer na sua propriedade, ele pode não entender da Bolsa de Chicago, ele pode não entender do Plano Econômico, como foi colocado, mas ele entende essencialmente do plantio da sua lavoura, da colheita e da comercialização do custo que ele tem, da hora de vender, por quanto vende, e quanto que recebe. Acho que a alternativa, como esta que está sendo colocada neste plano aqui, na verdade corresponde a uma esperança que tem o pequeno produtor, de que possa ele ainda permanecer produzindo. Aquele que sai de lá Deputado Adur, não é um desempregado.

Custa a ele e ao Estado, quando vem para os grandes centros, ou para as cidades polos na sua região, cerca de oito vezes mais, do que custaria, para o Poder

Público, investindo para que ele continuasse produzindo, lá. E não é um desempregado é o filho que vem junto, é a esposa que não tem mais de onde tirar a alimentação básica, que pegava na horta, na lavoura, no chiqueiro. E passa a depender exclusivamente, de um emprego que possa lhe dar sustentação mínima. Numa situação, que não sabe o que faz, ou faz o que não sabe, num grande centro.

Esta questão do pequeno produtor, hoje, eu tenho falado isso em Pato Branco, cidade que eu represento na nossa região. Vejo aqui, Juarez Pompeu, Presidente do Sindicato de Chopinzinho. Um Município que também, tem um plano de desenvolvimento de agricultura. A preocupação de todas as Lideranças, hoje, é de que nós seguremos com toda a força, o bastão da pequena propriedade. Porque ela é fundamental, para que nós tenhamos equilíbrio econômico, de um Estado que tem a sua economia baseada na produção. Acho que, em nome de Vossa pessoa, Deputado Cezar Silvestri estiveram, no lançamento deste programa. Que seja levando esta palavra de esperança e alento a estes que ainda acreditam, que com todas as dificuldades que passa hoje, o Poder Público, no país. Mas que com ações concretas, nós possamos reverter, um pouco desse quadro desfavorável, que se tornou a agricultura. Permanece, eu digo isso com a maior tranqüilidade. O agricultor, permanece produzindo muito mais pela sua obstinação, do que por qualquer outro incentivo, que ele venha a ter. Porque ele tem a tradição de permanecer produzindo. Ele que faz a sua propriedade, que faz a cerca, que constrói o chiqueiro, que tira o leite da sua vaca, que faz o queijo, que não vende por um preço que possa justificar o seu trabalho. Porque não existe trabalho mais penoso que o trabalho na agricultura. Não há coisa mais penosa do que ver tantos que perderam a sua safra agora com a seca, e perderam no ano passado com o excesso de chuvas.

Acho que atitudes como essas nos levam realmente a nos unirmos cada vez mais, Deputado Adur, no sentido de formarmos uma voz só, em defesa intransigente dos nossos agricultores, para que eles continuem produzindo. Eu não entendo como sairemos da crise neste país, sem fortalecer o setor produtivo. É preciso industrializar, mas é preciso saber que não há lugar para todos esses que estão saindo do interior nos grandes centros. Mesmo que nós tenhamos que ir contra a maré que assola o mundo, que é o desemprego, nós não teremos um lugar para todas essas famílias, que têm na sua procissão, na sua caminhada de vida a esperança de que com o seu pequeno pedaço de terra, fazer dela o sustento da sua família e progredir.

Acho que neste sentido, uma alternativa como esta que está sendo colocada, deve ser apoiada e merece, na verdade, os nossos elogios para que outros possam fazer da mesma forma, como foi feito em Santa Maria.

Muito obrigado.

O SR. RENATO ADUR - Agradeço, Deputado Zucchi. Inclusive, Vossa Excelência como Presidente da Comissão da Agricultura, daqui da Assembléia, gostaria que Vossa Excelência nos auxiliasse também, para elaborarmos um documento e encaminharmos ao Governo do Estado do Paraná, e também ao Ministro da Agricultura, para que esse exemplo em Santa Maria, além de ser reforçado também com recursos do Tesouro Estadual e Federal, nós gostaríamos também que isso fosse estendido a outros municípios deste Estado. Porque os proprietários rurais de todos o Brasil, como também nossos irmãos, todos merecem oportunidades. E os exemplos sadios e frutíferos que nós encontramos nesse município de Santa Maria do Oeste, que sejam estendidos também aos demais municípios.

Gostaria também de ressaltar neste projeto, a preocupação da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Oeste, quanto a qualidade dos técnicos contratados pela empresa. Uns funcionários da própria Prefeitura Municipal, e outros contratados pela Prefeitura para prestação de serviço, que recebem sobre produção de tarefa. Um dos casos é a própria L.C. Consultoria Agrônômica que tem à sua frente um ex-funcionário, um ex-técnico da EMATER e outros técnicos que têm uma bagagem muito grande e que muitas vezes não aplicam, não colocam em prática os seus conhecimentos por falta de oportunidade ou de vontade política.

Concedo aparte ao Deputado Nerone.

O Sr. Emerson Nerone - Deputado Renato Adur, gostaria de primeiro, parabenizá-lo pelo pronunciamento que V.Exa. faz nesta tarde. Parece-me que após recebermos essa proposta do Governador Lerner para a agricultura nos próximos doze meses, através do Paraná-Doze Meses, em que o governo do Paraná subdividiu o Estado em oito regiões, levando em conta as características do solo, clima, fertilidade, levando em conta a vocação do solo em cada uma dessas regiões, essa pequena cidade vizinha da minha terra natal, Guarapuava, Santa Maria do Oeste, dá um exemplo de como a proposta Paraná-Doze Meses pode sair do papel, levando em conta, primeiro que em última análise os recursos serão aplicados dentro de um município que os municípios conhecem e cada região conhece e têm que ser levados em conta os aspectos vocacionais do

solo de cada um dos municípios do Estado do Paraná, levando em conta a questão do solo, a questão do mercado interno, do mercado externo através, sem dúvida nenhuma da necessidade de uma equivalência produto que é em última análise uma espécie de subsídio.

Tenho lembrança aqui enquanto Vossa Senhoria estava se pronunciando, do pronunciamento do então Presidente do Banco do Estado, Fayet, quando ele dizia que os 52 milhões de reais que o Paraná teve que bancar em subsídios, para aqueles 55 mil financiamentos e foram atingidos muitos mais agricultores, porque muitos estavam em cooperativas, 55 mil financiamentos e ele chamava de "prejuízos", chamava o subsídio de "prejuízo" e era o principal argumento de derrubar a equivalência-produto do "Panela cheia" no Estado do Paraná.

Essa pequena Cidade, Santa Maria do Oeste subsidia, dá garantia de equivalência-produto no empréstimo e diz para o Paraná que o "Panela Cheia" poderia, se é isso o que o Governo Lerner queria ter feito, poderia ter trocado de nome, poderia ter sido dado uma "cara" nova do Governo Jaime Lerner, poderia ter tido um outro slogan, uma outra propaganda, mas a proposta da equivalência-produto é essencial para a agricultura do pequeno agricultor no Estado do Paraná.

Esse exemplo dos principais produtos que vão ser comercializados, que vão ser financiados por esse fundo lá em Santa Maria do Oeste, que a erva-mate, a fruticultura, avicultura, suinocultura, as culturas anuais, as alternativas e alguns outros pequenos investimentos mostram um profundo conhecimento regional, que só os prefeitos, só os municípios têm e uma proposta de equivalência-produto, que todo mundo sabe, é a única saída para o pequeno agricultor, é a única saída para que tenhamos menos favelas no Estado do Paraná.

Queria parabenizá-lo por ter trazido esse assunto. Isso aqui é um "puxão de orelhas" àqueles que acham que a crise não tem solução.

O SR. RENATO ADUR - Quero agradecer o aparte de V.Exa..

Encerrando, Sr. Presidente, gostaríamos de agradecer o apoio que o Secretário da Agricultura, Deputado Hermas Brandão tem manifestado a esse projeto. Acredito que a Secretaria da Agricultura deverá nos dar um apoio financeiro inclusive, um suporte, para que a Prefeitura possa, através do fundo ampliar este programa, não só para 110 ou 200 famílias, mas que possam atender as duas mil e duascentas famílias com menos de 50, proprietárias com menos de 50 hectares no Município de Santa Maria do Oeste.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Horário das Lideranças.
PT com a palavra, Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Subo à tribuna nesta tarde em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores para manifestar a nossa alegria e nossos cumprimentos à Câmara Municipal de Ponta Grossa, por ter na noite de ontem, porque a Sessão demorou mais de quatro horas, derrubado o Veto do Senhor Prefeito Municipal, a um projeto da Vereadora Hortência Goretti, do nosso partido, que cria o Conselho Municipal de Orçamento Participativo de Ponta Grossa.

Estiveram presentes o Deputado Florivaldo Fier, o Vereador Jorge Sameck, Padre Roque Zimmermann, e o Prefeito de Londrina Luiz Eduardo Scheida, que relatou aos Vereadores de Ponta Grossa a experiência de Londrina no planejamento participativo.

Nós sabemos que esta é uma experiência vitoriosa de iniciativa do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, em cidades como Porto Alegre, o PT vai para o terceiro mandato de Prefeitura em função basicamente desta inovação na forma de fazer política em nosso País que é o orçamento participativo na cidade. O Prefeito Luiz Eduardo Scheida fez uma brilhante exposição e sem dúvida nenhuma, convenceu a maioria dos Vereadores sobre a importância desse projeto, dessa forma de participação popular e felizmente por doze votos a oito, o Veto do prefeito foi rejeitado e Ponta Grossa, pela vontade da maioria dos seus Vereadores passará a ter o orçamento participativo. Nossos cumprimentos aos Vereadores de Ponta Grossa e particularmente a Vereadora Hortência Goretti, do Partido dos Trabalhadores.

E nós aproveitamos este momento, Senhor Presidente, Senhores Deputados para anunciar que a Bancada do nosso Partido estará apresentando brevemente, nesta Casa, uma proposta de criação de um Conselho Estadual de Orçamento Participativo.

Implementar no Estado do Paraná também a participação popular, na elaboração do orçamento, que sem dúvida nenhuma poderá resolver uma série de problemas.

Problemas, Deputado Jocelito, que nós mesmos vivenciamos por ocasião da elaboração do orçamento nesta Casa, porque acaba se transformando numa caixa preta.

Faz-se um acordo entre Deputados do Executivo, que cada Deputado vai aprovar apenas dez emendas e depois não se sabe mais de nada.

Só viemos a saber o que está acontecendo quando o Relator apresenta o seu re-

latório. E claro não estamos questionamos de forma alguma, o trabalho do relator, mas o método usado, pela própria Assembleia, porque depois do Relatório pronto, nós temos duas alternativas, ou votar a favor do relatório ou votar contra e não há tempo para se analisar a equidade da distribuição de recursos entre os Deputados, mas entre as regiões do Estado que é mais importante. Assim nós tivemos neste Orçamento do Paraná, algumas universidades como a de Londrina, recebendo mais de vinte milhões de reais, para investimento e outras como Ponta Grossa, Guarapuava, não recebendo absolutamente nada para investimento, porque não houve como discutir, não houve como realizar esse equilíbrio na distribuição de recurso. E sem dúvida nenhuma se nós criássemos uma forma de participação popular no Estado do Paraná, as regiões seriam tratadas com mais equilíbrio, segundo as suas necessidades e suas prioridades.

É importante citar também, o que vem levantando o Deputado Renato Dur, a questão do meio rural.

Tenho criticado o Governo Lerner na Tribuna, dizendo que é um Governo que investe muito em certos setores, vai integrar o Paraná no MERCOSUL mas se esquece da questão social é uma das questões sociais mais graves que nós temos no Paraná é a pequena produção da Agricultura. Nós sabemos que Vilas rurais não resolvem problema de pequeno produtor, isso para mim é programa para inglês ver, de nada adianta ir a uma Cidade como Piraí do Sul, construir 50 casas ou 60 casas isso não resolve a questão do meio rural, da pequena propriedade.

O que resolve é crédito subsidiado, é baixo preço, é preço mínimo, assistência técnica. Nisso o Governo Lerner vem falhando enormemente. Instaurado em nosso Estado o orçamento participativo, tenho certeza que com mais facilidade, com a participação dos dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais, de cooperativas regionais, nós teremos uma distribuição mais equitativa e melhor de recursos que contemple as questões sociais porque passa nosso Paraná.

O Sr. Jocelito Canto - Gostaria apenas de cumprimentar Vossa Excelência por trazer esse assunto hoje a esta Casa e cumprimentar os corajosos Vereadores de Ponta Grossa que derrubaram o veto do Prefeito Municipal e Ponta Grossa começa a mudar, começa a querer ser uma outra cidade, quer voltar a ser o que era no passado, a segunda cidade do Paraná e está começando a mudar e começou aí nesse veto derrubado pelos valorosos, guerreiros e corajosos Vereadores da Câmara Municipal de Ponta

Grossa.

Quero cumprimentá-los por essa atitude dos Vereadores que dessa forma fazem com que o nosso Município tenha um orçamento participativo, coisa que Sua Excelência o nosso Prefeito de Ponta Grossa prometeu na e até hoje não cumpriu.

O SR. PÉRICLES DE MELLO - Brevemente, repito, nossa Bancada estará apresentando um Projeto de Orçamento Participativo para o Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - PSDB.

Declina.

PMDB.

Declina.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Nelson Tureck e Walmor Trentini, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** **À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 221/95, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir o Programa Educacional Tirando de Letra, conforme especifica. Com PARECERES CONTRÁRIOS DA C.C.J., C.F. e FAVORÁVEL da C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 70/95, de 14.06.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 221/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, autoriza o Governo do Estado do Paraná a instituir o

Programa Educacional "Tirando de Letra".

Nos termos da Informação nº 130/95 do Departamento de Ensino Supletivo da Secretaria de Estado da Educação, esse órgão é responsável por programas de educação para jovens e adultos, desenvolvendo educação supletiva seriada, centros de estudos supletivos (CES) e núcleos avançados de estudos supletivos (NAES), contando, atualmente, com as seguintes atividades:

1. PEART - Projeto de Educação do Assalariado Rural e Temporário em Maringá, Londrina e Umuarama - Movimento dos Sem Terra;
2. RURAL EDUCAR - Em Barracão - para atendimento às famílias dos agricultores;
3. BRIGADAS DO TRABALHO - Assis Chateaubriand - que atende o bóia-fria;
4. GENTE DA TERRA - que atende a clientela dos assentamentos;
5. DESCENTRALIZAÇÃO - através dos Centros de Estudos Supletivos realiza em parceria com prefeituras;
6. TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA - com empresas e para atendimento dos trabalhadores. São mantidos convênios com o SENAI e o SENAC para atendimento dos alunos matriculados nas escolas.

O DESU conta com 81.953 (oitenta e um mil, novecentos e cinquenta e três) alunos matriculados.

Além desses fatos, vale lembrar que o Chefe do Poder Executivo tem vetado todos os projetos autorizativos alegando a inconstitucionalidade dos mesmos, visto interferirem na competência privativa do Governador. O Congresso Nacional também tem adotado essa postura através da súmula de jurisprudência nº 1, cujo teor passamos a transcrever:

"SÚMULA DA JURISPRUDÊNCIA Nº 1

MATÉRIA: PROJETOS AUTORIZATIVOS

1. Entendimento:

A) Projeto de lei, de autoria de Deputado ou Senador, que autoriza o Poder Executivo a tomar determinada providência que é de sua competência exclusiva, é inconstitucional.

2. Fundamento:

2.1) Parágrafo primeiro do artigo 61 da Constituição Federal."

Inferese, do exposto, que a pretensão consignada no projeto de lei em análise não tem objeto, posto que a Secretaria de Educação do Estado já possui funcionando diversos projetos no sentido de alfabetizar adultos e de ajudar os alunos na iniciação profissional. Cabe, contudo, divulgar melhor esses programas e destinar aos mesmos recursos mais significativos, garantindo o acesso a número maior de pessoas.

No âmbito da competência desta Comissão, emitimos nosso voto contrário à tramitação do Projeto de Lei nº 221/95.

Sala das Comissões, em 26.09.95.
(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 221/95

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Marquinhos Alves, visa autorizar o Governo paranaense a instituir o programa educacional "Tirando de Letra".

Em conformidade com o art. 33 § 3° do Regimento Interno deste Poder Legislativo, esta Comissão manifesta-se contrariamente ao projeto em análise, visto que concorre para aumentar, desnecessariamente, despesa pública, posto já existir, e em pleno funcionamento, programas da Secretaria Estadual de Educação, com o mesmo objetivo.

É o parecer, salvo melhor julgamento.

Sala das Comissões, em 08.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 221/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Marquinhos Alves, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado do Paraná a instituir o Programa Educacional "Tirando de Letra", conforme especifica.

Chamada a opinar, esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, entende que a iniciativa do nobre Deputado Marquinhos Alves é das mais elogiáveis, dada a relevância social da matéria.

Da análise do projeto de lei em tela, por tratar-se de medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.95.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente
RENATO ADUR - Relator

Em votação.

O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar) -
Senhor Presidente, o Partido dos Trabalhadores vota contra o Projeto do nobre Deputado Marquinhos Alves, em que pese a intenção do projeto, no mérito, sermos favoráveis, mas porque existe um programa semelhante em vigor, em plena ação, na Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - O projeto em discussão tem pareceres contrários da C.C.J. e da Comissão de Finanças. Vossa Excelência coloca em votação o parecer ou o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Votaremos o projeto em forma inversa.
Aprovado, com voto contrário da Banca do PT.

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 228/95, de autoria do Deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo do Estado ao Município de Lupionópolis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C..
Aprovado. (Publ. no D.A. n° 72/95, de 20.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 228/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar terreno de propriedade do Governo do Estado ao Município de Lupionópolis.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, e dado o seu caráter autorizatório, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 228/95

P A R E C E R:

Visa o presente projeto, cuja autoria é do Deputado Durval Amaral, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Lupianópolis (PR) um terreno pertencente ao Estado do Paraná.

Tendo em vista que o terreno será destinado à construção da sede da APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lupianópolis, atualmente funcionando em local que não permite o aprimoramento das atividades necessárias ao desenvolvimento pleno do deficiente, somos pelo parecer favorável ao Projeto n° 228/95.

Sala das Comissões, em 09.08.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente
MILTINHO PUPPIO - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 231/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a promover alterações na Lei Complementar n° 07, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério), conforme especifica e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e

C.E.C.E.. (Publ. no D.A. n° 72, de 20.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 231/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Eduardo Trevisan, o Projeto de Lei n° 231/95, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a promover alterações na Lei Complementar n° 07, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério), conforme especifica, e dá outras providências.

Da análise do referido projeto, em razão de ser medida meramente autorizatória, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 27.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 231/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Eduardo Trevisan, objetiva autorizar o Poder Executivo a promover alterações na Lei Complementar n° 07, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto de Magistério), conforme especifica e dá outras providências.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão não encontrou nada que possa impedir sua normal tramitação pelos demais canais desta Casa, mesmo porque, trata-se de um projeto meramente autorizatório.

Sendo assim, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.09.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MILTINHO PUPPIO - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 231/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei Complementar, de autoria do Deputado Eduardo Lacerda Trevisan, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a promover alterações na Lei Complementar n° 07, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério).

Assim esclarece a Constituição Estadual do Paraná:

"Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa do Governador do Estado, as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

(...)

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública".

O projeto de lei complementar em questão, esbarra na inconstitucionalidade. Entretanto, é ele, de caráter autorizatório, dependendo, quando da sanção do Governador do Estado, a faculdade de alterar a Lei Complementar n° 07, de 22 de dezembro de 1976.

O Projeto de Lei Complementar n° 231/95, não contém em si caráter coercitivo, obrigatório, para que de imediato, seja assegurada a sua eficácia, face a utilização da expressão "autorizado", no art. 1°, "caput".

Analizando a proposição sob o aspecto legal, regimental e constitucional, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento do presente, e sua aprovação nesta Casa de Leis.

Nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 01.11.95.

(aa) PÉRICLES DE MELLO - Presidente

WALMOR TRENTINI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei Complementar n° 231/95.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 243/95, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno e xileno puros, seus derivados e compostos e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P. E C.A.I.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 75, de 22.06.05).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 243/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Walmor Trentini, dispõe sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno e xileno puros, seus derivados e compostos e dá outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça para analisar sua constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa,

não vislumbramos nenhum óbice à sua normal tramitação nesta Casa.

Cumpramos ressaltar o relevante valor social da proposição, que visa, se não acabar, ao menos restringir consideravelmente o uso de "cola de sapateiro" e substâncias afins pelos menores carentes.

Desta forma, opinamos favoravelmente ao presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
BASÍLIO ZANUSSO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 243/95

P A R E C E R:

O plano de lei em exame dispõe sobre adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo a "cola de sapateiro", ou em nome científico ao benzeno e xileno puros, seus derivados e compostos.

No mérito, como de competência desta Comissão, somos de parecer favorável à aprovação, visto seu objetivo de tornar a cola aversiva aos menores, evitando a dependência psicológica e a lesão irreversível ao organismo humano.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 243/95

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo dispor sobre a adição de substância atóxica, volátil e de odor aversivo ao benzeno e xileno puros, seus derivados e compostos e dá outras providências.

Esta Comissão chamada a opinar, conclui pelo relevante valor social de tal propositura, pois pretende ela fazer com que as substâncias acima descritas se tornem desagradáveis à inalação, visando com isto diminuir ou mesmo acabar com seu uso nefasto.

Diante do exposto, somos de opinião favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.11.95.

(aa) AUGUSTINHO ZUCCHI - Presidente
NEREU MOURA - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 247/95, de autoria do Deputado Emerson Nerone, que dispõe sobre o transporte gratuito dos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. E C.S.P.. EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 75, de 22.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 247/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Emerson Nerone, tem por escopo assegurar transporte gratuito aos portadores de deficiências, especificadas em seu art. 2°, em linhas de transporte intermunicipal, conforme os critérios que estabelece.

Além de ser altamente meritória, a proposição não apresenta óbices que possam impedir seu normal prosseguimento. Porém, para que a pretendida lei possa atingir, com eficácia o objetivo colimado é necessário que se altere o art. 1° do projeto, para que a concessão do benefício proposto venha a atingir somente aos deficientes que não disponham de recursos financeiros para a aquisição de passagens, pois é evidente que muitos deles dispõem, suficientemente, de tais recursos, não devendo e nem sendo justo, portanto, que venham a ser atingidos pelos benefícios da lei.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto, com a anexa emenda modificativa ao art. 1°.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95.

((aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

PROJETO DE LEI N° 247/95
EMENDA MODIFICATIVA

O Art. 1° do Projeto de Lei n° 247/95 passe a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica assegurado transporte gratuito aos portadores de deficiência, que comprovem carência de recursos financeiros, em linhas de transporte intermunicipal, mediante apresentação de atestado médico e encaminhamento de entidades beneficentes atuantes na área de reabilitação".

Sala das Comissões, em 04.09.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E
COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 247/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 247/95, de autoria do Deputado Emerson Nerone objetiva o direito à gratuidade do transporte coletivo aos portadores de deficiências em linhas de transporte intermunicipal, conforme critérios estabelecidos no próprio projeto de lei.

A C.C.J., em sua sábia e competente análise, coloca como necessária, uma emenda modificativa que assegura o benefício somente aos deficientes carentes de recursos financeiros, o que torna mais justo e coerente o projeto que já era nobre e re-

vertido de caráter filantrópico.

O direito ao transporte gratuito, viabiliza o acesso à escola, ao trabalho e, enfim, às oportunidades de integração à sociedade, aos carentes, portadores de deficiência.

Tecidas essas considerações e não encontrando impedimentos legais à sua aprovação, este relator vem emitir parecer favorável ao projeto, da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03.10.95.

(aa) GERALDO CARTÁRIO - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 247/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Emerson Nerone, dispõe sobre o transporte gratuito dos portadores de deficiência em linhas de transporte intermunicipal.

Esta Comissão, no âmbito de suas atribuições, manifesta-se favoravelmente à aprovação do referido plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.11.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

SÂMIS DA SILVA - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 254/95, de autoria do Deputado Carlos Simões, que autoriza o Poder Executivo a custear despesas com o tratamento de saúde dos servidores acometidos de doenças que especifica, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E CONTRÁRIOS DA C.F. E C.S.P.. (Publ. no D.A. n° 79, de 27.06.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 254/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a custear despesas com o tratamento de saúde dos servidores acometidos de doenças.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 254/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Carlos Simões, autoriza o Executivo a custear despesas com o tratamento de saúde dos servidores acometidos de doenças que especifica.

A Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990, está em consonância com o disposto no artigo 196 da Constituição Federal, vazado nos seguintes termos: "A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." Essa lei dispõe que o atendimento descentralizado na execução de ações e serviços de saúde, tanto primário quanto especializado, deve ser oferecido a todos independentemente de trabalho, função, setor ou qualquer outra forma de discriminação.

O Sistema Único de Saúde - SUS, instituído por lei federal, assegura assistência médica aos usuários independente de ônus. Dessa forma, a aprovação desse projeto implica em criar distinção inaceitável entre cidadãos paranaenses, porque, na forma do artigo 5°, "caput" da Constituição Federal, "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". O projeto de lei em causa onera os cofres públicos e destina recursos públicos comuns à coletividade para beneficiar, em detrimento dos demais segmentos da sociedade como um todo, uma parcela de trabalhadores e é preciso enfatizar que todos os tratamentos elencados na matéria em análise são custeados pelo SUS.

Isto posto, no âmbito da competência desta Comissão, nos termos do art. 33, § 3°, do Regimento Interno, somos de parecer contrário ao projeto de lei em exame.

Sala das Comissões, em 04.10.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 254/95

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Carlos Simões, autoriza o Poder Executivo a custear despesas com tratamento de saúde dos servidores públicos estaduais acometidos de doenças graves e/ou agravantes.

Sob análise de mérito, competência desta Comissão de Saúde, somos de parecer contrário ao projeto em análise, posto que provoca excedentes de despesas ao erário público, ao mesmo tempo que cria privilégios entre trabalhadores e a sociedade como um todo. O dinheiro público, que advém da contribuição de todos, não pode ser segmentado para beneficiar alguns. A lei

não deve estabelecer distinções, de forma corporativista, a custa de contribuição comum. Por isso, está em vigor a Lei nº 8.080 de 19/09/90, que em observância aos ditames constitucionais de que "saúde é um direito de todos", o atendimento descentralizado na execução de ações e serviços de saúde, tanto primário quanto especializado, é oferecido a todos, independente de trabalho, função, setor ou qualquer outra forma de discriminação. Todas as doenças são, por lei federal, tratadas pela ação do SUS - Sistema Único de Saúde, sem representar maiores ônus para os usuários.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.95.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

DOUTOR ROSINHA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei nº 254/95.

Sobre a mesa, Requerimento nº 300, de autoria do Senhor Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 302, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 305, de autoria do Senhor Deputado Reny Borsatto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 307 a 309, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 311 e 312, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 315, de autoria do Senhor Deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 319, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 317, de autoria do Senhor Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. Encerrada a discussão.

O SR. ALGACI-TÚLIO - Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli, queiram levantar-se.

7 Senhores Deputados aprovam.

10 rejeitam.

Portanto, não há quórum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs: 221, 228, 243 e 247/95.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 414/95.

Levanta-se a sessão.